

EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Renato Alves/Agência Brasília



Insistência em nomear Anderson tirou Ibaneis do melhor momento

pediram. Mas o governador insistiu. Veio a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do STF. O GDF sofreu intervenção federal na área de segurança, o chefe do Executivo local foi afastado por 90 dias e ontem ele se tornou alvo de mandados de busca e apreensão em sua casa, gabinete e escritório. Pode ser que tudo seja como o governador afastado disse e a investigação aponte que não houve responsabilidade de sua parte no quebra-quebra. Mas fica o desgaste político. Será um novo mandato com laços a construir.

ED ALVES/CB/D.A.Press



Testemunha

Candidato a vice na chapa de Leila Barros (PDT), o advogado Guilherme Campelo acabou virando testemunha na busca e apreensão realizada pela Polícia Federal no escritório de advocacia de Ibaneis Rocha. É que Guilherme Campelo e o pai, Estenio Campelo, têm escritório na frente do de Ibaneis. E Guilherme é o síndico do edifício Via Esplanada, no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), onde funcionam as salas de trabalho.

HD

No escritório de Ibaneis, a Polícia Federal levou o HD do computador e vários documentos. Muito material que nem deve ter relação com o dia 8.

Susto

A ex-esposa de Ibaneis, Luzineide Carvalho, que tem escritório no local, demonstrou estar bastante nervosa com a chegada dos policiais. Foi um susto. Eles checavam até as paredes para ver se tinham fundos falsos.

Reprodução/Twitter @atusco



Sem convite

O delegado Cláudio Tusco, da Polícia Federal, disse à coluna que não recebeu nenhum convite para assumir a Secretaria de Segurança do DF, como foi aventado. Hoje ele está lotado na Academia Nacional de Polícia, mas já integrou a equipe da Secretaria de Segurança Pública no governo de Agnelo Queiroz (PT).

Sem doação

Sobre a doação de R\$ 1 para a campanha à reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, o delegado Cláudio Tusco afirma que não fez tal contribuição. “Verifiquei realmente existir tal lançamento em meu CPF no site do TSE. Não fiz tal doação e não sei o que ocorreu. Estou averiguando”, afirma.



À QUEIMA-ROUPA
FÁBIO FÉLIX (PSOL)
Deputado distrital

O presidente Lula disse que uma CPI para apurar Atos Antidemocráticos pode causar “uma confusão tremenda”. Vocês que são de partidos da base do Lula vão recuar?

A ponderação do presidente Lula foi em relação à CPI no âmbito do Congresso Nacional. E essa será uma decisão dos parlamentares federais. O fato é que é preciso investigar os fascistas criminosos deste país. Não podemos retroceder. No caso do DF, serei membro da CPI dos atos golpistas, instaurada pela Câmara Legislativa do DF, e reafirmo meu compromisso de lutar por uma investigação séria, eficiente e que corrobore o trabalho da Justiça. Estamos convictos da contribuição que podemos dar, inclusive fazendo pressão política para que não haja anistia e nem blindagem de autoridades que tenham cometido crime. Precisamos desmontar essa rede

Câmara Legislativa do DF/Divulgação



criminosa de golpistas e fascistas que têm se organizado.

A Justiça autorizou o cumprimento de mandados de busca e apreensão na casa, escritório e gabinete do governador Ibaneis Rocha. Isso altera o ânimo de integrantes da CPI de convocá-lo?

Nós defendemos que o governador Ibaneis compareça espontaneamente à Comissão. Seria um gesto de respeito ao trabalho do Legislativo e um recado claro de que pretende colaborar com as investigações, como ele mesmo tem propagado por meio de seus advogados. O dever da Câmara é convidar o governador pra dar esses esclarecimentos. E Ibaneis deve fazer questão de responder.

O líder do governo, Roberio Negreiros, se baseia numa decisão sobre a CPI da

“Segundo o interventor, o que se discute hoje é a criação de uma guarda nacional permanente a fim de garantir a segurança dos poderes constituídos. Nos garantiu que a autonomia política e o Fundo Constitucional serão preservados”

Pandemia que aponta invasão de poderes na convocação de governadores. Acha que vale para evitar uma eventual convocação de Ibaneis na Câmara Legislativa?

Não é verdade que o STF proíbe os governadores de dar essas informações para uma CPI. O Legislativo não poderia intimidar o governador a prestar depoimento na condição de testemunha, mas ele pode comparecer voluntariamente. Há perguntas fundamentais para as quais o conjunto da sociedade merece respostas: Ibaneis sabia da minuta de decreto golpista que seu secretário tinha em casa? Sabia que Bolsonaro e Torres ventilavam essa chicana que poderia dar início a um regime de exceção no Brasil? Como foi a decisão de trazer de volta o homem forte de Bolsonaro para o comando da Secretaria de Segurança? Se Ibaneis é mesmo comprometido, como diz, com a democracia, imagino que faria questão de dar essa resposta aos mandatários e ao povo que o elegeu, além de todos os esclarecimentos relativos ao Plano de Segurança do dia 8.

O senhor esteve com o interventor da segurança pública do DF, Ricardo Capelli. O que ouviu dele?

Foi um encontro muito importante e que nos trouxe informações sobre algumas questões fundamentais para o funcionamento e autonomia do DF. Capelli foi bastante enfático ao afirmar que o debate sobre federalização das forças de segurança está fora de cogitação. Segundo o interventor, o que se discute hoje é a criação de uma guarda nacional permanente a fim de garantir a segurança dos poderes constituídos. Nos garantiu que a autonomia política e o Fundo Constitucional serão preservados.

Acredita que a federalização da segurança pública sai? Qual é a sua opinião sobre isso?

Seria muito ruim se esse projeto se concretizasse. A vocação do Distrito Federal é sediar os poderes da República e das autoridades internacionais instaladas aqui. Excetuados os dias 12 de dezembro e 8 de janeiro, as forças de segurança do

DF têm, historicamente, cumprido o seu papel de defesa dos poderes. De acordo com Ricardo Capelli, essa mudança está fora de cogitação tanto para o presidente Lula quanto para o ministro Flávio Dino. Saímos de lá seguros de que o DF continua tendo autonomia, inclusive para gerir as forças de segurança. A necessidade é que haja ampla investigação e punição daqueles que cometam crimes no exercício de suas funções.

E a redução do Fundo Constitucional do DF ou até perda? Acha que está no foco do governo Lula?

Como temos alertado, o DF colapsaria sem o Fundo Constitucional. É importante lembrar que além de financiar a segurança pública, o FC ajuda a subsidiar outras duas áreas fundamentais: saúde e educação. Se hoje já enfrentamos problemas graves nessas duas pastas, imagina o que provocaria um corte expressivo de recursos. Nós apresentamos essa preocupação ao interventor, que afirmou que o governo Federal não pretende modificar ou acabar com o Fundo. Mas é preciso que isso sirva para o DF não esquecer de sua responsabilidade constitucional. O recurso bilionário que recebemos não é à toa e não podemos falhar novamente.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SONEGAÇÃO / Operação Zafira, realizada por agentes da Decor, investiga donos de empresas dos ramos atacadista e varejista de produtos alimentícios em Taguatinga e Vicente Pires. Tributos que não teriam sido pagos ao Fisco chegam a R\$ 17 milhões

Empresários são alvos da polícia

» DARCIANNE DIOGO
» MILA FERREIRA

Em uma operação denominada Zafira, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), por intermédio da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária vinculada ao Departamento de Combate a Corrupção e ao Crime Organizado (DOT/Decor), cumpriu, ontem, cinco mandados de busca e apreensão

nas regiões administrativas de Taguatinga e Vicente Pires. O objetivo das operações foi apurar a conduta de administradores e uma empresa do ramo atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral que teria sonegado tributos na ordem de R\$ 17 milhões.

Os suspeitos estão sendo investigados pelos crimes de associação criminosa, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, uso de documento falso e falsidade ideológica. Se

condenados, podem pegar até 23 anos de prisão. As buscas ocorreram nas casas dos investigados, no escritório de contabilidade e no estabelecimento comercial.

Nas operações, foram apreendidos documentos de interesse da investigação e eletrônicos. A investigação, que teve início em 2019, apontou que os empresários utilizaram documentos falsos para a constituição de empresa. As pessoas que integravam o quadro societário possuíam os dados

falsos ou tiveram seus dados utilizados indevidamente. Além disso, havia sido comprovado que a empresa nunca funcionou no endereço cadastrado, sendo constituída com a única finalidade de dissimular atos e negócios, realizando movimentações financeiras por meio de documentos falsos com o objetivo de gerar créditos fiscais classificados juridicamente como inidôneos.

Falsidade

Um dos investigados possui dois registros gerais (RGs), um cadastrado em Goiás e outro no Distrito Federal, ambos vinculados a cadastros de pessoas físicas diversas e com dados discrepantes relativos ao nome da genitora, data de nascimento e naturalidade, mas com a mesma fotografia. O outro investigado faz uso de dois cadastros de pessoa física (CPF).

A operação consistia em criar uma empresa com pessoas fictícias, deixando de recolher os tributos, restando uma grande dívida tributária que não poderia ser cobrada, uma vez que a persecução fiscal apontava para pessoas inexistentes, o que impedia a quitação da dívida.

Além das buscas, foi decretado o bloqueio de valores custodiados em contas bancárias vinculadas aos investigados, a imposição de restrições e gravames, quando o bem é utilizado como garantia, a bens móveis e imóveis.

Divulgação: PCDF



Policiais da Decor apreenderam documentos e computadores

Para saber mais

O crime de sonegação

Sonegação fiscal consiste no ato de omitir ou ocultar ganhos no momento da declaração do Imposto de Renda, visando a pagar menos impostos. Segundo a lei, várias

condutas podem ser enquadradas como crime de sonegação, como por exemplo, prestar declaração falsa ou omitir informações necessárias ao Fisco; alterar ou fraudar livros exigidos pelas leis fiscais; alterar fatura ou documentos relativos a operações mercantis; aumentar despesas para obter redução de impostos, dentre outras.

JAIRO VALLADARES PINTO

MISSA DE SÉTIMO DIA

★ 30/11/1931

† 16/01/2023

A família do nosso querido pioneiro convida parentes e amigos para a missa de sétimo dia neste **domingo 22 de janeiro às 10 horas** Igreja São Pedro de Alcântara